

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM BAIRROS NEGROS: A ESCOLA COMO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO ANTINEGRO À LUZ DA LEI 10.639/2003

Emanuela Ferreira Matias¹;

Doutoranda no programa em educação da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Educação - PPGE/UFC, Professora Pedagoga de Rede Municipal de Fortaleza – PMF-CE, Fortaleza, Ceará- Brasil. E-mail: manumatias26@gmail.com.br

Henrique Cunha Junior²;

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará- Brasil.

Email: hcunha@ufc.br

Samia Paula dos Santos Sousa³

Professora pedagoga mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2016). Doutorado em educação pela Universidade Federal do Ceará (2022). Fortaleza, Ceará -Brasil.

E-mail: samiapaula86@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por um racismo estrutural e insidioso que se manifesta inevitavelmente no ambiente escolar, uma instituição historicamente edificada sobre alicerces eurocêntricos que marginalizam as identidades negras (PINHEIRO, 2023; GOMES, 2017). O texto objetiva evidenciar a necessidade de fortalecer essas identidades para combater o "apartheid brasileiro" e a reprodução de imagens negativas que levam crianças a negarem suas raízes em busca de um padrão branco de sucesso. Entendendo a escola como pilar da cidadania sob a inspiração de Paulo Freire, a educação antirracista surge como um mecanismo urgente de sobrevivência e reparação histórica, especialmente em bairros negros (CUNHA JUNIOR, 2002, 2019). Em que a negação da cultura negra tem impactos fatais, contribuindo para a marginalização e para o extermínio da juventude negra em contextos de vulnerabilidade em bairros negros, que se caracterizadas por ser áreas urbanas densamente habitadas por pessoas negras e pardas. Esses

locais se destacam pela sua rica produção cultural, práticas religiosas de tradição africana e um forte espírito de solidariedade entre os moradores, embora muitas vezes enfrentem desafios relacionados à infraestrutura e violência urbana devido à segregação, ficando evidenciando a urgência de uma educação antirracista para superação de dados de estatísticas alarmantes, apontados no (Atlas da Violência, 2025) um jovem negro tem 2,7 vezes mais chance de morrer e dados sobre a educação de negros um abismo educacional onde a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos é mais que o dobro da observada entre brancos (IBGE, 2022). Para enfrentar essa realidade, propõe-se a descolonização dos currículos brancocêntricos através de abordagens como a "pedagogia engajada" de bell hooks (2017) e a "Pretagogia" de Sandra Petit, que utiliza matrizes africanas e saberes ancestrais para gerar pertencimento. O objetivo é transformar a temática antirracista em um eixo estruturante do currículo, e não um mero apêndice, articulando as práticas no cotidiano da sala de referência a partir de uma educação engaja e comprometida em romper com projeto colonizador que ainda alicerça o país e os bairros negros.

2. METODOLOGIA

A proposta metodológica desenvolvida fundamenta-se em uma abordagem pedagógica afroreferenciada e antirracista que busca valorizar as identidades negras desde a Educação Infantil, rompendo com narrativas historicamente estigmatizantes. Para isso, realizam-se leituras mediadas de obras que trazem o protagonismo e a potência negra, como *Meu Crespo é de Rainha*, de bell hooks, *Pequeno Príncipe Preto*, de Rodrigo França, *Olelê: uma antiga cantiga da África*, de Fábio Simões e Eloisa Pires Lima, e *Princesas Negras*, de Kiusam de Oliveira. Essas narrativas auxiliam na construção de uma imagem positiva e no fortalecimento da autoestima das crianças, sendo complementadas por atividades lúdicas e sensoriais, como a preparação de cocada e o contato com o feijão-preto, experiências inspiradas na proposta “Sabores e temperos africanos para crianças”. A metodologia também incorpora jogos e brincadeiras de matriz africana e a exposição de imagens afirmativas de personalidades negras para desconstruir estereótipos, além de promover a intergeracionalidade através do compartilhamento de memórias e histórias de vida por pessoas mais velhas da comunidade. Tais práticas, pautadas na oralidade, permitem que as crianças reconheçam seu território não apenas por suas carências, mas como um espaço de pertencimento, memória e resistência

cultural. Por fim, essa ação interdisciplinar e dialógica utiliza a escuta sensível para promover vivências significativas que formam sujeitos críticos e comprometidos com a equidade racial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse contexto, foi possível perceber mudanças nas formas como as crianças negras passaram a se enxergar, expressando orgulho de sua cor de pele e de seus cabelos. Ao se compararem com princesas, reis, heróis e personalidades negras apresentadas nas atividades, passaram a se perceber como bonitas, potentes e dignas de protagonismo. Esse movimento também impactou as crianças não negras, que passaram a construir referências positivas sobre a população negra, contribuindo para relações mais respeitosas e menos marcadas por estereótipos. As falas das crianças revelam a potência dessa abordagem. Uma aluna, de pele branca e filha de pai negro, ao observar as imagens e discussões em sala, afirmou: “Professora, eu não tenho essa cor, mas meu pai tem e ele é lindo”. A fala evidencia não apenas o reconhecimento da beleza negra, mas também a valorização de sua própria história familiar. E afirma que o MUNANGA (2005), defende que a educação antirracista não interessa só a pessoas negras, mas também a pessoas brancas. Em outro momento, uma criança negra, ao se identificar com as personagens e com a professora, declarou: “Professora, meu cabelo é lindo igual ao da senhora, lindo e armado. Eu só quero ele solto agora”. Essa afirmação demonstra um processo de ressignificação estética, rompendo com padrões que historicamente inferiorizam o cabelo crespo. Ao se reconhecerem e se valorizarem, passam a enxergar a educação como um caminho de transformação de suas realidades, o que pode contribuir, inclusive, para que não sejam facilmente capturadas por contextos de vulnerabilidade e violência urbana.

4. CONCLUSÃO

A implementação de uma educação antirracista, fundamentada na Lei 10.639/2003, revela-se não apenas como um cumprimento legal, mas como um mecanismo vital de sobrevivência e reparação histórica para a população negra. O texto demonstra que a escola, ao se estabelecer em bairros majoritariamente negros, assume o papel de território estratégico para desconstruir o "apartheid brasileiro", o racismo criminoso e o eurocentrismo que historicamente marginalizou esses sujeitos. A adoção de metodologias afroreferenciadas que utilizam a

literatura infantil com protagonismo negro, vivências sensoriais e o resgate da oralidade com os mais velhos da comunidade provou ser eficaz para romper com estereótipos de sofrimento e escravidão. Os resultados práticos na educação infantil indicam que essa abordagem fortalece a autoestima e a identidade das crianças negras, que passam a enxergar beleza em seus cabelos e traços, enquanto amplia o repertório de respeito à diversidade para crianças não negras. Em última análise a valorização dos "afro saberes" são passos fundamentais para que a temática racial deixe de ser um apêndice e se torne o eixo estruturante da formação humana. Somente através dessa pedagogia engajada e consciente será possível transformar a realidade de vulnerabilidade das periferias, garantindo que a educação seja, de fato, um instrumento de libertação, cidadania e transformação social em bairros negros em Fortaleza, Ceará.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA (2025): Dados sobre a letalidade contra jovens negros e pardos.

CUNHA JUNIOR. H. A. Territórios de Maioria Afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras. Revista Desenvolvimento Social, abr. 2011. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/32>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FRANÇA, Rodrigo: Obra Pequeno Príncipe Preto.

GOMES, Nilma Lino. O movimento Negro educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, bell: Obra Meu Crespo é de Rainha. São Paulo, Boitatá: 2018.

HOOKS, bell: Ensinando a transgredir: a educação como pratica de liberdade. 2º edição – São Paulo: 2017.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE. Fortaleza, Ceará, 2022.

Lei 10.639/2003: Referência legal fundamental para o ensino de história e cultura afro-brasileira.

MUNANGA, Kabelege (org). Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Pag. 15.

OLIVEIRA, Kiusam de: Obra Princesas Negras.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: 2023.

PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral contribuição do legado africano para implantação da Lei nº 10. 639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SIMÕES, Fábio; LIMA, Eloisa Pires: Obra Olelê: uma antiga cantiga da África. São Paulo. Editora Melhoramento, 2015.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pós-Graduação em Pedagogia